- LVII -

POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO E (DES)ESCOLARIZAÇÃO: RESSIGNIFICAÇÃO DOS SENTIDOS DE ESCOLA

Maria da Conceição Calmon Arruda,
FIOCRUZ/FFP-UERJ,
conceicaoarruda2010@hotmail.com

Lucília Augusta Lino, UERJ
lucilialinop@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

A assunção de uma nova coalização política à presidência da república, com anúncios de significativa mudança nas políticas educacionais, nos desafia a pensar os sentidos que a escolarização obrigatória assume nesse contexto político conservador. Isto porque ela não só referenda o *leitmotiv* das contrarreformas da educação, efetuadas pelo alto desde 2016 - privatização e desfinanciamento dos processos de escolarização – como dissemina um ideário que desqualifica a escola e os profissionais da educação, e promove a ressignificação da escolaridade obrigatória, com a permissão do ensino domiciliar.

ESCOLARIZAR OU NÃO ESCOLARIZAR AS MASSAS?

No cenário da crise político-institucional, que o país atravessa desde o processo impeachment de Dilma Rousseff, em 2016, assistimos a um intenso retrocesso nas políticas educacionais, com “eventos concretos nos quais a classe dominante, reprimindo ou excluindo as demais, empreende processos de renovação ‘pelo alto’” (COUTINHO, 1999, p. 4), em um fenômeno que Gramsci denominava de ‘revolução passiva’, marcado por autoritarismo e manipulação, e cujo último ato foi a assunção do governo eleito em 2018. Segundo Coutinho (1999, p.4-5) nessa “modalidade de transformação utilizada pelas classes dominantes para conservar o seu poder (...) a classe dominante, tentando excluir os ‘de baixo’,

recolhe algumas de suas demandas, mas impedindo que eles sejam protagonistas nos processos de transformação”. Os anseios de ‘renovação’ favoreceram a ascensão de partidos e candidatos conservadores e neoliberais, em um processo de mudança retroativa. Aparentemente, a política toma um ‘outro rumo’, elegendo projetos que se apresentam como diferentes daqueles do impopular Governo Temer (2016-2018), mas que dialogam no atendimento aos interesses do capital nacional e internacional.

O novo governo assume o projeto de privatização e desfinanciamento da educação do governo anterior conjugado ao atendimento dos anseios do fundamentalismo religioso e conservador de parte de sua base política, que defende a redução do papel do Estado e a prevalência das famílias e igrejas na educação básica. A organicidade da metamorfose educacional dos chamados ‘reformadores empresariais da educação’ é substituída por um confuso e anacrônico discurso que aponta para a possibilidade de desescolarização. Enquanto o Ministro da Educação afirma que o ensino superior não é para todos e acena com forte controle ideológico da universidade e da escola pública e de seus profissionais, outros integrantes da base aliada promovem a ideia da escola ‘perigosa’ e indesejável e a defesa do ensino domiciliar e da Educação a Distância (EAD). Anuncia-se um movimento de abandono do projeto de escola pública da modernidade - calcado em uma concepção iluminista de conhecimento – e também de escolarização ‘adequada’ das massas que passa não só a ter sua eficácia questionada, mas também sua necessidade.

A escola moderna, fruto do Estado-Nação, foi pensada de forma a promover a socialização e transmitir aos cidadãos valores e saberes universais, desvinculados de crenças religiosas específicas ou de tradições culturais particulares. Esse projeto, começa a ser gestado, no Brasil, apenas a partir da década de 1920, e desde então, diversas reformas do ensino e diferentes textos constitucionais buscaram, ainda que muito lentamente, ampliar o acesso ao ensino obrigatório, reduzir o analfabetismo, elevar a escolaridade da população, entre outras demandas limitadas pelo financiamento disponível. Nas últimas décadas, a possibilidade aberta pela expansão do sistema público de ensino permitiu o acesso à escolarização dos historicamente excluídos, sem, entretanto, promover alterações significativas da estrutura socioeconômica e cultural e nem associar qualidade ao ensino ofertado, reiterando a perversa dualidade do sistema educacional. Nos debates constituintes do final dos anos 1980, havia um aparente consenso em torno da necessidade de se resgatar a dívida histórica com ‘os de baixo’ e de criar condições efetivas para a superação da pobreza, influenciando o texto constitucional sobre saúde, educação, previdência social etc. e o reconhecimento destes como direitos sociais de todos os cidadãos (TELLES, 2001). A

adoção de políticas de cunho neoliberal na década seguinte paulatinamente retira da agenda pública a necessidade de superação da pobreza.

Esse cenário se altera no período de 2003-2015, com a ampliação do espaço de atuação dos movimentos sociais e avanços na valorização da diversidade e na inclusão de amplas parcelas da população antes excluídas dos mais básicos direitos sociais. A partir de 2016, com a ruptura política promovida pelo impeachment vemos um a edição de atos legais que desresponsabilizam o Estado brasileiro de continuar assegurando direitos sociais tardiamente conquistados, em prol do atendimento dos interesses do capital nacional e internacional. O desfinanciamento da educação é emblemático.

Sem mediação, o Estado brasileiro passa a adotar o que Coutinho (2007) denominou de “hegemonia seletiva”: a incorporação da agenda do capital e a negação do resgate da dívida social com os de baixo que fica subsumido à responsabilidade individual, à autonomia do sujeito e à liberdade de escolha. Se na era FHC, a burguesia apresentou a face ideológica do neoliberalismo, sem recorrer ao populismo e/ou a ditadura como meios de impor seus interesses ao conjunto da população (Coutinho, 2007, p. 192), nas eleições de 2018 a classe hegemônica não conseguiu seguir o mesmo modelo para atender aos interesses do grande capital, e finda por aliar-se à direita conservadora.

Hayek (1983) questiona a organização de um sistema público de ensino centralizado, pois considera um risco a definição, a priori, do que todos vão aprender e, ainda, a manutenção, pelo Estado, de escolas próprias, aduzindo a privatização do sistema educacional, pela adoção de *vouchers* distribuídos à população. Nessa proposta, caberia às famílias a responsabilidade de buscar no mercado educacional a escola que melhor lhe aprouvesse, e o Estado transferiria para os pais a responsabilidade pelo custeio e pelo planejamento da trajetória educacional de seus filhos. Entretanto, apesar de não ser um entusiasta da escola pública estatal, Hayek (1983) sustenta que o Estado deve assegurar um patamar mínimo de escolarização para a população, necessário para que a sociedade alcance determinada homogeneidade de valores transmitidos pela escola aos cidadãos.

E diferentemente dos liberais, que atribuem papel de destaque à escola pública, ainda que dual e servil aos ditames do mercado, o projeto conservador em curso, dissemina um discurso que ataca a escola, criminaliza seus profissionais e questiona sua importância. Ao contrário da gestão anterior, os atuais dirigentes do MEC não focam na padronização de competências e direitos de aprendizagem, mas no expurgo curricular de conteúdos e no controle ideológico, reduzindo e limitando ainda mais os conteúdos a serem ofertados aos de baixo, à luz de um fundamentalismo religioso que nega a pluralidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A gestão atual do MEC reafirma a perspectiva liberal sobre o patamar de educação a ser ofertado população, ao indicar que o ensino superior destina-se às elites, e atualiza a discussão sobre a pertinência do Estado manter escolas públicas, apontando para processos conjugados de privatização e padronização curricular, e favorecendo, também, um modelo de escolarização para as massas que se adequa aos ditames da dinâmica produtiva, argumentos caros aos neoliberais, ontem e hoje. Uma singularidade da proposta educacional do governo atual seria a de associar às contrarreformas em curso uma proposição de refundar a cidadania calcando-a no esvaziamento dos direitos sociais e na ressignificação dos direitos civis no que tange a liberdade individual, agora ancorada em uma suposta moral judaico-cristã. A contradição posta é que ao declinar de seu dever constitucional de ofertar educação básica pública presencial, o governo abdica de seu protagonismo na promoção e transmissão, através da escola pública, dos valores que sedimentam o Estado Nação e os sentidos de pertencimento dos cidadãos à Nação.

REFERÊNCIAS

COUTINHO, Carlos Nelson. O Estado brasileiro: gênese, crise, alternativas. In: LIMA, J. C. F.; NEVES, L. M. W. *Fundamentos da educação escolar do Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2007. p. 173-200.

_____. O pensador hegemônico. Folha de São Paulo, São Paulo, 21 nov. 1999. *Caderno Mais!*, p. 4-5.

HAYEK, Friedrich A. Os princípios de uma ordem liberal. In: CRESPIGNY, A. de, CRONIN, J. (org). *Ideologias políticas*. Brasília: UnB, 1999. p. 47-63.

TELLES, Vera da Silva. *Pobreza e cidadania*. São Paulo: Editora 34, 2001.